

UM CONSELHO PARA O COTIDIANO

Walter Pinheiro Barbosa Junior

As crianças filosofam e sinalizam caminhos pouco percorridos. Pedro Tiê, por exemplo, perguntava todos os dias a sua mãe: que dia é hoje? Ela respondia: hoje é segunda e amanhã é terça. No dia seguinte ele repetia a mesma pergunta: mãe que dia é hoje? Pacientemente ela dizia: hoje é terça e amanhã é quarta. Esse processo vivenciado por Pedro lhe possibilitou organizar uma compreensão sobre o ciclo do sol e da lua, de tal forma que um dia ele olhou para a mãe, sorriu e deixou que as palavras rompessem as barreiras dos dentes, dizendo: “hoje é todo dia e amanhã nunca chega”.

Essa concepção formulada a partir da observação vivenciada por Tiê sinaliza para a não existência de um amanhã abstrato, que deva ser perseguido, mas um eterno aqui e agora que nunca se repete. Essa perspectiva se constitui em uma das raízes que nutrem a rede nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Talvez, ela também esteja presente na compreensão dos educadores e educandos implicados no movimento cotidiano que objetiva fortalecer o Conselho Escolar e qualificar os conselheiros. Participei de encontros com conselheiros escolares e profissionais de secretarias de educação em mais de 50 cidades e 10 Estados do Brasil, além do Distrito Federal nos últimos 5 anos (2007-2012), e nos encontros nunca escutei qualquer participante dizer que estava ali para formar o conselheiro do futuro.

A preocupação permanente era e continua sendo, como fortalecer os conselhos e qualificar a participação dos conselheiros em cada escola hoje. Mas, ao dialogar com os partici-

pantes dos encontros, percebi que se o movimento acontece para um hoje que é todo dia, muitos educadores continuam orientando a formação a partir de um conselho e de conselheiros idealizados.

Esse processo aparece no momento em que os formadores buscam trabalhar para que os conselheiros escolares tenham consciência do seu papel. Observem que essa perspectiva de trabalho se enraíza na certeza de que existe um papel a ser cumprido pelo conselheiro escolar. Assim, não é a pessoa conselheira que atribui um sentido ao exercício político e pedagógico do seu ser e estar no conselho, mas ela deve derivar de uma ideia que “existe” sobre o papel do conselheiro escolar e do conselho de escola.

Esse é um movimento que perde o conselheiro diante de si, o *ser-aí* em seu *estar-aí* e se cria mais estranhamento da pessoa sobre si mesma porque se trabalha a partir de uma ideia abstrata de conselho e conselheiro. Esse movimento encontra suas raízes na antiguidade clássica grega, uma vez que a perda da materialidade do mundo para os ocidentais encontra suas raízes no debate entre Protágoras e Platão.

Eli Celso da Silveira em sua tese, intitulada: *Livro de Utopias Regras e Métricas* (2002), trata, de modo singular, o debate entre os antigos. Para esse pensador a epistemologia platônica sai da ideia ao ser da existência. Segundo Silveira (2002):

[...] existe um modelo pronto antropomórfico dado na partida por Protágoras “O homem é a medida de todas as coisas” – esse argumento é demolido por Platão. O mundo não está estabelecido por um modelo humano, mas geométrico. O homem é que deriva desse grande modelo. Este modelo é a medida pela qual o mundo do homem conhecerá sua razão.

Esse debate, que gerou veredas possíveis de serem percorridas, tem em Platão uma das fontes de perda da materialidade do mundo, pois a perspectiva geométrica estabelecida por este filósofo da qual o homem deve derivar, se traduz, por exemplo, em uma perspectiva de ver o mundo com início, meio e fim. Mas, o mundo não tem começo, meio e fim, ele me parece ser o que aparece e não aquilo que desejamos. Muitos educadores, fundados nesse pressuposto, trabalham a formação dos conselheiros idealizando um conselho e um conselheiro, concebendo um movimento com começo, meio e fim esquecendo-se das pessoas diante de si e que não sabemos de onde viemos nem para onde vamos.

Essa perspectiva materializa-se no momento em que pensamos um curso de formação presencial ou a distância sem nos perguntarmos quem são os sujeitos a que esse curso se destina e definimos os conteúdos sem considerar as necessidades e desejos das pessoas/conselheiros que estão diante de nós, e sem possibilitar que elas participem da definição do programa do curso. Uma das tendências desse processo é o cumprimento das obrigações do curso, sem que os conteúdos trabalhados possibilitem a qualificação das pessoas para atuar no conselho de modo qualificado.

No entanto não podemos esquecer, como nos sugere o russo Dostoievski (1821-1881), em sua obra *Notas do subterrâneo*, também traduzida como *Memórias do Subsolo*, que a razão só conhece o que lhe foi ensinado. E, nos ensinaram o modelo platônico, cuja essência reside no princípio de que o homem não institui o mundo, mas deriva de um modelo geométrico.

Talvez, seja importante experimentarmos a vereda iniciada pelos sofistas e que foi pouco percorrida. Eles foram soterrados ao longo dos tempos, mas se faz necessário retomá-

-los, pois quando Protágoras (481 a.C.-420 a.C.) estabelece o modelo antropomórfico, por meio da máxima: “*O homem é a medida de todas as coisas*”, ele expressa o sentido de que não é o ser humano quem tem de se moldar a padrões externos a si, que sejam impostos por qualquer coisa que não seja o próprio ser humano, e sim o próprio ser humano que deve moldar-se segundo a sua liberdade.

Compreenda-se liberdade não como um direito de escolher o que quiser, mas liberdade, no sentido atribuído pela pensadora Hannah Arendt (1906-1975). Para ela, a liberdade é concebida como o novo em potência, ou seja, a liberdade reside no fato de que ao se chegar a terra, o humano encontra um mundo estabelecido, mas como um *vir-a-ser*, cada criança frente ao modo de vida estabelecido carrega consigo a possibilidade de reinstaurar o mundo humano, portanto de recomeçá-lo.

Tomando essa concepção como referência, podemos inferir que cada conselheiro encontra na legislação; nos cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e nas práticas de gestão democrática de sua escola apenas uma referência e não um modelo que ele deva necessariamente derivar, pois como um ser livre que é, pode redizer as narrativas estabelecidas e praticar um novo modo de ser e de fazer Conselho Escolar. Penso ser esse movimento o que se constitui, naquilo que podemos denominar de liberdade.

A perspectiva de idealizar o Conselho Escolar e o conselheiro precisa ser superada em nosso movimento, o que implica passar a trabalhar com pessoas reais, que vivem um cotidiano e estão na escola buscando compreender e opinar, em última análise, sobre o projeto de educação da escola onde se encontram. Assim, se faz necessário descobrir que saberes são necessários a essas pessoas e o

que desejam ao dedicar parte do seu tempo ao fortalecimento da gestão democrática.

Penso também que se faz necessário possibilitar um movimento em que as pessoas/conselheiros se perguntem: fui eleito, mas qual é a minha tarefa como conselheiro escolar? E, ao se perguntar construam as respostas, por meio do diálogo com os outros conselheiros escolares que estão na mesma escola, ou seja, não existe caminho pronto, mas uma necessidade histórica em que cada ser humano atribua um sentido ao seu movimento praxiológico com o mundo.

Trata-se aqui não de mais uma ideia, mas de uma percepção que emergiu das viagens que empreendi pelo Brasil, pois me recordo que ao dialogar com uma mãe cearense, no III Encontro Municipal de Formação dos Conselheiros Escolares de Fortaleza no ano de 2009, perguntei o que ela buscava no encontro e olhando-me nos olhos, ela me respondeu:

“Meu filho eu trabalho com bordado, e sou representante das mães na escola do meu filho, vim aqui para saber o tamanho da linha que é esse conselho escolar, para saber o bordado que posso fazer lá na escola.”

Um Conselho para o cotidiano pode ser isso, um movimento enraizado essencialmente nas pessoas que buscam compreender o sentido que o Conselho Escolar tem para a educação pública brasileira e estão dispostas a bordar e rebordar esses sentidos, imprimindo suas marcas nas ações cotidianas do conselho em sua escola. Pois, o Conselho Escolar não é uma coisa ou uma ferramenta que se pegue para resolver um problema. Ele não é um conceito, porque os conceitos igualam o não igual e serve muitas vezes para que as pessoas derivem do conceito. Ele também não é uma fórmula dada, que sozinho resolve os

conflitos da escola. O Conselho é algo incerto, impreciso e ávido para que os conselheiros que dele participam lhe atribuam um sentido.

Sentido é uma palavra compreendida aqui na perspectiva aristotélica. Para esse filósofo da antiguidade “Sentido é a faculdade de sentir, de sofrer alterações por obra de objetos exteriores ou interiores.” (ABAGNANO, 2003). Nessa acepção, o sentido compreende tanto a capacidade de receber sensações quanto a consciência que se tem das sensações e, em geral, das próprias ações. Essa capacidade é compreendida na filosofia moderna frequentemente como sentido interno ou reflexão.

Reflexão implica necessariamente no movimento em que a consciência provocada, ou seja, convidada pelas coisas do mundo toma a si mesma como um *a-se-pensar*. Portanto, refletir pode ser compreendido como uma atitude de pensar o pensamento. Talvez a reflexão seja uma invenção do humano que por não conseguir enxergar sozinho o próprio corpo, descobriu um modo de saber mais de si mesmo, do que lhe habita.

É na perspectiva reflexiva, que o Conselho Escolar pode ser compreendido como tendo carne, osso, coração e desejos, ou seja, ele é na medida em que as pessoas que o constituem são. Assim, o essencial não é que lugar os conselheiros ocupam no conselho, mas que lugar o conselho ocupa em cada conselheiro, ou seja, como o conselheiro faz do seu corpo um lugar onde habita, entre outras coisas, o conselho escolar.

Essa inversão funda as raízes que podem sustentar um Conselho para o cotidiano. Pois, os desafios são inúmeros e o maior deles é a reorganização do pensamento político e educacional dos brasileiros, de modo que lhes possibilite vivenciar experiências democráticas que os despertem para a ne-

cessidade de ocupar os espaços públicos, onde se decide sobre a vida e se cuida do bem comum.

Esse movimento nos remete as reflexões contidas na obra *Educação como Prática da Liberdade*, quando interpretando aquele momento histórico brasileiro, Freire (1967, p. 43), dizia que:

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada [...] e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma elite que a interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se.

Descoisificar as pessoas e lhes possibilitar experiências de participação nos espaços públicos com poder de decisão se constitui em um dos maiores méritos do movimento de reeducação política e educacional que os Conselhos Escolares vêm possibilitando a milhões de brasileiros cotidianamente.

Dentro desse movimento de reeducação e dialogando com Cefisa Sabino Aguiar, consultora do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e com senhor Valério, um pai que representa os pais em um Conselho Escolar de Natal-RN, passamos a conceber o Conselho Escolar como uma Tecnologia de Gestão Democrática. Pensamos tecnologia não como materialização da ciência, mas no sentido etimológico do termo, ou seja, como *Tecné* e *Lógos*.

O diálogo que estabelecemos nos possibilitou compreender que tecnologia é uma palavra que resguarda em si sentidos profundos como *Tecné*, que pode ser tomado enquanto arte de fazer. E *Lógos*, pensada não no sentido corrente hegemônico da literatura filosófica, que toma esse termo como palavra, razão, ou discurso, mas pensamos *Lógos* no sentido que Heráclito lhe atribuiu.

Para o pensador de Éfeso: “Limites da alma não os encontram, todo caminho percorrendo; tão profundo logos ela tem:” (1996, p.92). Assim, Heráclito mantém a tradição jônica de identificar a natureza da alma com a natureza do princípio, mas nos possibilita pensar que a alma possui propriedades completamente diferentes do corpo e que o logos seria o que há de mais profundo e constitui a centelha de fogo acesa que nos possibilita a vida.

Conceber o Conselho Escolar como uma Tecnologia de Gestão Democrática, aponta no sentido de que não é possível existir um Conselho Escolar se ele não encontra no logos dos conselheiros sua razão de ser e de existir. E, me parece ser na arte de fazer o conselho articulando as individualidades sem as diluir no coletivo, possibilitando que cada pessoa se anuncie sem derivar de modelos, uma vereda promissora que cria um ambiente de liberdade em que cada um possa ser indivíduo provido de sua individualidade, articulado com o outro que é diferente de si.

Esse movimento tende a realizar-se se o campo político lhe possibilitar florescer. Assim, a política se constitui no solo e nutriente essencial para alimentar um movimento de conselheiros escolares que se implique almativamente no processo.

Mas, assim como foi possível compreender que Platão participa das nossas vidas ao nos fazer conceber o humano como ser que deriva de um modelo geométrico, podemos pen-

sar que seu discípulo o filósofo nascido em Estagira, na Macedônia, Aristóteles (384 – 322 a. C.) também nos habita, pois não é possível pensar a política no ocidente sem que necessariamente se recorra à obra, intitulada *A Política*. Esse livro não separa a política da moral.

Aristóteles era filho de Nicômaco, que vivia na corte de Macedônia como amigo e médico pessoal do rei Amintas II. Segundo Diógenes Laércio, teria escrito seis volumes de Medicina e um de Física. Essa ascendência de Aristóteles foi fundamental, pois conta-se que na antiguidade saberes da medicina transmitia-se de pai para filho em uma iniciação confidencial que acontecia na mais tenra infância.

Essa obra fundante do pensamento político ocidental constitui um clássico. Os clássicos atravessam o tempo, porque habitam os recônditos escuros de nossas memórias. Existem obras que nos encantam profundamente como a *Odisseia* atribuída a Homero, mas existem outras que não só nos habitam, mas orientam nossas ações no mundo. *A Política* de Aristóteles possui esse mérito, ela continua a orientar e se constituir em uma das mais profundas raízes da política brasileira.

Para o filho de Nicômaco, toda cidade está na natureza e o homem é naturalmente feito para a sociedade política. Em sua obra, quando examina se a escravidão é justa e útil ou se esse processo é contrário a natureza, Aristóteles (2000, p. 12), afirma que:

Não é apenas necessário, mas também vantajoso que haja mando por um lado e obediência por outro; e todos os seres, desde o primeiro instante do nascimento, são por assim dizer, marcados pela natureza, uns para comandar e outros para obedecer.

Essa formulação, explica subterraneamente a existência das desigualdades sociais. Claro que é importante considerar a configuração histórica do momento em que esse pensador, servindo à aristocracia, explicava as razões das desigualdades. As teorias são fundamentais porque são elas que influenciam diretamente a organização do cotidiano e ajudam as pessoas a explicar para si mesmas o seu modo de ser e estar no e com o mundo.

Além de explicar a desigualdade na forma como os humanos chegam ao mundo, em que uns por natureza foram marcados para comandar e outros para obedecer era preciso explicar a desigualdade dos que eram adultos e estavam imersos no mesmo processo de desigualdade, assim, Aristóteles (2000, p. 14) estudioso da fisiologia, recorre ao corpo para explicar outra dimensão da desigualdade, para ele:

A natureza, por assim dizer, imprimiu a liberdade e a servidão até nos hábitos corporais. Vemos corpos robustos talhados especialmente para carregar fardos e outros usos igualmente necessários; outros pelo contrário, mas disciplinados, mas também mais esguios e incapazes de tais trabalhos, são bons apenas para a vida política.

Essa perspectiva aristotélica, estranhamente ainda nos habita e encontra-se instalada em nossas vísceras, pois continuamos a aceitar a natureza como base para se pensar a política, e essa formulação milenar pode ser vista nos processos de eleição para o legislativo ou executivo de qualquer cidade, estado ou mesmo para o congresso nacional, senado da república ou presidência. Como se uns nascessem para ser votados e outros para se constituir nos eleitores.

Essa perspectiva aristotélica foi assimilada e traduzida para uma máxima difundida pelo povo que diz: “manda quem

pode e obedece quem tem juízo”. O estranho desse processo é que Aristóteles não foi o único a formular sobre a relação política, mas foi ele que sobreviveu e continua servindo para explicar a relação política e econômica que vivemos na atualidade.

Além do filósofo de Estagira, existia outro cujo nome é Licofron. Um sofista, que não acreditava que a política derivasse da natureza, mas a tomava como uma invenção, observe-se que a palavra invenção deriva do termo latim *inveniere* que significa encontrar. Para esse sofista, a política se constituiu na possibilidade do acordo consciente para convivência, por meio do diálogo. Portanto, para Licofron não existe marca de nascença que justifique que uns nasceram para comandar e outros para ser comandados.

Mas, essa tendência de explicação sobre como a relação política poderia ser instituída entre os humanos, não vingou. Ao contrário ao longo da história, existiu uma capacidade de conduzir os sofistas para o esquecimento e a deformação, pois o que passou a circular sobre os sofistas foi que eles eram apenas vendedores de conhecimento e pessoas que falavam de tudo sem compreender o que estavam anunciando.

Essa concepção de política enraizada na natureza, instituída por Aristóteles, atravessou muitas gerações que continuaram a recorrer a ela para explicar porque os homens são desiguais, de tal modo que Jean Jacques Rousseau (1712-1778) em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, publicado em 1755, buscando desconstruir a tradição aristotélica, afirmava (1999, p. 234), que:

O povo, já acostumado com a dependência, com o sossego e com as comodidades da vida, [...] consentiu em deixar aumentar sua servidão para fortalecer sua tranqüilidade, e foi assim que os chefes, tendo se tornado hereditários,

acostumaram-se a olhar sua magistratura como um bem de família, a olhar a si mesmos como os proprietários do Estado do qual de início eram apenas os funcionários, a chamar seus concidadãos de escravos, a incluí-los como gado no número das coisas que lhes pertenciam.

Essa compreensão formulada na antiguidade clássica e denunciada na modernidade, se constitui em raízes profundas que atravessaram o mar e se instauraram em nossos corpos, operando no nosso inconsciente. Parece-me que continuamos convencidos que uns nasceram para governar e outros para serem governados e que as cadeiras do congresso nacional e do senado da república constituem bens de poucas famílias e não em um patrimônio público.

Essa perspectiva precisa ser considerada na forma de se fazer o Conselho Escolar, pois em que medida se reproduz no Conselho essa compreensão europeia de se conceber política?

É importante lembrar que um conselho para o cotidiano exige raízes fortes, para poder se nutrir e ter vida longa. Nesse sentido, algumas raízes podem ser encontradas na tríade: relação, diálogo e confiança.

Pensamos relação no sentido em que Paulo Freire concebeu, em sua obra *Educação como Prática da Liberdade* (1967), ou seja, como uma dimensão fundante da humanidade, uma vez que os humanos não são seres de adaptação ou ajustamento, e não nasceram marcados para comandar, obedecer ou cumprir um papel, mas são seres de relação consigo mesmo e com o outro.

O diálogo, é concebido no sentido sugerido por Rosa (2001), um escritor mineiro que em sua obra *Grande Sertão: veredas* concebe o diálogo como um movimento em que os que falam e escutam escapam da lógica aristotélica e buscam o terceiro incluído. Essa perspectiva se encontra em uma fala do

personagem Riobaldo, que diz: “[...] o senhor me ouve, pensa e repensa, e rediz, então me ajuda.” (ROSA, 2001, p.116).

Esse diálogo exige duas coisas fundamentais à palavra e a escuta autêntica. Eu não devo falar o que o outro quer ouvir, pois falo com a palavra que foi gerada em mim e diz o que eu quero dizer, anunciando-me ao exteriorizar o que não compõe meu corpo, mas me habita, e aparece no mundo como palavra.

Assim como anuncio o que penso, preciso estar pronto para ouvir tudo o que não quero e ser capaz de interpretar não como eu quero interpretar, mas buscar no anunciado pelo outro o sentido do que esse outro, que não sou eu, pronunciou.

Penso que a confiança de que todos os conselheiros desejam o bem comum é o que possibilita um diálogo autêntico. Essa perspectiva permite que os conselheiros não fiquem aprisionados em seus monólogos, ou fazendo confusão a partir do que escutam, mas por compartilhar com o outro do sentimento de que todos objetivam qualificar o bem comum, torna-se possível uma relação em que todos realizam sua vocação ontológica de ser mais com o outro.

Não temos tempo a perder com arengas. Esse termo é utilizado no Nordeste para designar brigas entre crianças ou adultos cujos motivos são fúteis, pois vivenciamos o maior período da história do Brasil sem uma ditadura civil ou militar, esse período nos possibilita vivenciar experiências de liberdade, ou seja, de compreender as nossas tarefas e reinventar os caminhos percorridos.

Nessa perspectiva, temos alguns desafios quando pensamos um conselho para o cotidiano. Desafio é um termo cujo sentido encontra na peleja dos cantadores de viola seu significado, mas peleja é uma palavra cujo sentido é batalha. Assim, assumimos neste ensaio peleja como uma batalha praxiológica que exige uma resposta teórica e prática.

Assim, nosso primeiro desafio é de ordem legal, pois como nos sugere Filho (2009), o Conselho é uma lei sem sanção, ou seja, se estabelece legalmente um caminho para que a comunidade escolar e local qualifique a educação pública, mas não existe punição para quem não quiser participar do processo. Esse desafio evidencia que o Conselho Escolar exige compreensão e atitude.

Outro grande desafio é cultural, pois a vida social e a tradição escolar brasileira, não são marcadas pela participação direta da comunidade escolar e local na decisão da vida pedagógica e financeira da escola. Essa ausência de uma vivência democrática produz uma reação das pessoas que, quando são convidadas a participar, argumentam que não têm tempo para participar ou perguntam o que vão ganhar com sua entrada no Conselho Escolar.

Esses desafios apontam em um primeiro momento no sentido de reorganizarmos nosso pensamento, narrativas e práticas educativas, buscando escapar da perspectiva geométrica e da naturalização da política. Outra vereda para enfrentarmos os desafios encontra-se na necessidade de se problematizar a lógica de escolarização que destrói a capacidade inventiva e não educa as crianças, jovens e adultos para comunhão do mundo.

E, me parece ser de fundamental importância, a construção de uma narrativa capaz de mobilizar as pessoas para que elas participem de modo organizado e consciente, dos espaços públicos de decisão, entre eles o Conselho Escolar. Essa é uma tarefa que não pode ser empreendida, sem considerar o que Rosa (2002, p.31), nos sugere, para ele:

Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil e tantas misérias...
Tanta gente – dá susto de saber – e nenhum se sossega:

todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons.

São pessoas e não ideias arranjadas que mobilizam um conselho para o cotidiano. Mas, como viver é um descuido prosseguido, vamos vivendo e tecendo um movimento que destrua as abstrações preconceituosas e estereotipadas entre as regiões do Brasil, procurando cada vez mais conhecer o cotidiano de cada lugar do nosso país, preparando-se a cada nova relação para conviver com a diferença. Somos brasileiros e nossa característica essencial é a diversidade.

Me findo neste texto, deixando partes de mim, consciente de que para escrever o aprendizado é a própria vida se vivendo em nós e ao redor de nós. E, que para escrever o único estudo é mesmo escrever. Palavra por palavra fui me enredando nas trilhas que percorri na tela e em mim mesmo, procurando um conselho para vida cotidiana.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicolau. *Dicionário de Filosofia*. Tradução Alfredo Bosi. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ARISTÓTELES. *A política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA JUNIOR, Walter Pinheiro. *O Ethos humano e a práxis escolar: dimensões esquecidas em um projeto político pedagógico*. 203f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2002.

DOSTOIÉVSKI, F. *Memórias do subsolo*. Tradução de Boris Schnaiderman. São Paulo: Edições 34, 2000.

FILHO, Raimundo Silvio Dantas. *Participação, Diálogo e Confiança: caminhos para a democracia na escola*. 208P. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GUTHRIE, W. K. C., *Os sofistas*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulos, 1995.

ROSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SILVEIRA, Eli Celso da. *Livro de utopias regras e métricas*. 139p. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Os Pré-socráticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).